

**UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - UNOESC  
CAMPUS DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

**MARI BELA MAZIERO**

**EXCLUSÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES**

**São Miguel do Oeste (SC)**

**2016**

**MARI BELA MAZIERO**

**EXCLUSÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES**

Artigo apresentado ao Curso de Pós-graduação em Avaliação Psicológica da Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC – *Campus* de São Miguel do Oeste, como requisito à obtenção do título de Especialista em Avaliação Psicológica.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. MSc. Lisandra Antunes de Oliveira

São Miguel do Oeste (SC)

2016

## EXCLUSÃO SOCIAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Mari Bela Maziero \*  
Lisandra Antunes de Oliveira \*\*

### RESUMO

Ponderar sobre exclusão social como uma categoria que tem relação com: história, psicologia social, preconceito, e, autoconceito, se deve ao fato de que no atual panorama social brasileiro apesar dos esforços das políticas públicas, principalmente do SUAS – Sistema Único da Assistência Social algumas famílias ainda se encontram num estado de isolamento, tornando-se verdadeiros desafios. Os líderes políticos contemporâneos, bem como os operadores das políticas públicas podem entender mais claramente como se dá o desencadear do processo de exclusão social com os cidadãos brasileiros. O presente artigo busca analisar o processo de exclusão social num grupo de famílias de um município localizado no extremo oeste catarinense. Para a efetivação deste estudo foi adotado o método qualitativo, desenvolvido por meio da abordagem da História de Vida Oral. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais com roteiro semiestruturado, com os responsáveis por cada uma das seis famílias. Para a interpretação dos dados foi utilizada a análise de discurso, objetivando compreender o contexto em estudo a partir da fala dos entrevistados e por meio do quadro teórico de referência. Os resultados da pesquisa demonstram que no grupo de famílias, objeto de estudo, o processo da exclusão social, pauta-se no preconceito, na educação, no autoconceito, no trabalho e no sofrimento social. Pode-se concluir, portanto que a exclusão social neste grupo, se dá por meio de vários motivos e fatores, dentre eles estão: o preconceito, o autoconceito negativo, o baixo nível de escolaridade, o sofrimento social e o trabalho informal desqualificado.

**Palavras-chave:** Psicologia Social. Preconceito. Autoconceito. Exclusão Social.

---

\* Psicóloga, Pós-graduanda em Avaliação Psicológica na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) - maribelamaziero@gmail.com

\*\* Orientadora, Psicóloga, Mestre em Psicologia Social, Docente e Coordenadora do Curso de Psicologia na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) – Lisandra.oliveira@unoesc.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A ideia de articular a história, a psicologia social, o preconceito, o autoconceito e, ainda, a exclusão social se deve ao fato de que no atual panorama social brasileiro apesar dos esforços das políticas públicas, principalmente do SUAS – Sistema Único da Assistência Social algumas famílias ainda se encontram num estado de isolamento, tornando-se verdadeiros desafios, tanto para as políticas sociais em si quanto aos profissionais que as operam.

Devem existir motivos muito especiais que expliquem o contínuo aumento do interesse de vários autores, estudiosos e pesquisadores ao que se refere ao tema da exclusão social. Vários são os autores brasileiros e estrangeiros que abordam a questão da exclusão social, isso reflete a importância deste tema, de modo eminente, é uma condição histórica que perpassa os nossos dias. Contudo, parece oportuno, bem como, necessário, repensar o fenômeno da exclusão social.

A exclusão social é um tema relativamente recente e polêmico. Bastante presente na mídia, nos planejamentos e programas governamentais, bem como no discurso político, a noção de exclusão social tornou-se conhecida no dia a dia das mais diferentes sociedades. Não se caracterizando apenas por um fenômeno que acontece somente em países pobres. (WANDERLEY, 2001).

Denota-se, pois, uma condição de impotência do Estado-Nação no controle das conjunturas nacionais. Os problemas das questões sociais se acumulam, sobrepondo, no cerne das sociedades, categorias sociais com renda elevada ou relativamente alta ao lado de categorias sociais excluídas do mercado laboral e, por vezes, da sociedade. (WANDERLEY, 2001).

O sujeito histórico-social é, concomitantemente, produto e produtor do meio em que se encontra inserido. Circundante a este panorama geral encontram-se os processos de exclusão social existentes entre a sociedade em geral e as famílias tidas como de baixa renda.

Desta forma, o objeto do presente artigo é representado pelos motivos que conduzem um grupo de famílias à exclusão social na zona rural de um município do extremo oeste catarinense. Partindo deste ponto busca-se compreender a construção histórica do processo de exclusão social no extremo oeste catarinense; analisar o conceito de preconceito, autoconceito e exclusão social e compreender os fatores que levam a exclusão social.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 UM POUCO DE HISTÓRIA DO BRASIL E SUA LEGISLAÇÃO

No início da República Brasileira com a inexistência de políticas públicas que focassem à efetiva integração social da população de raça negra, esta ficou submetida a uma situação de precariedade e de desorganização social, sem reais chances de emancipação humana. Os poucos que ascenderam socialmente, faziam-no por meio de suas trajetórias individuais, delimitadas a situações familiares específicas, o que ainda nutria a ideia de uma sociedade que guiava sua conduta pelo mérito pessoal, onde a probabilidade de ascensão seria realidade para todos. (PAIVA, 2008).

A escravidão teve, no Brasil, consequências óbvias na convivência entre negros e brancos. Os brancos aportaram aqui, em sua maioria por escolha própria, enquanto os negros vieram escravizados, trazidos à força da África. Nem mesmo em 1888, após a Lei Áurea, não foram criados modos efetivos para uma emancipação dos ex-escravos e seus descendentes que ocasionasse a igualdade no que se refere ao acesso a bens, educação, oportunidades, etc. Entretanto, a miscigenação étnica que aqui ocorreu certamente permitiu para distinções significativas, principalmente quando comparadas aos países de colonização protestante, onde o preconceito racial seria ainda mais acirrado. (RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 1999).

Florestan Fernandes, nos anos de 1950, foi um dos pioneiros a trazer à tona que a desigualdade no Brasil tinha cor, ele acreditava que o desenvolvimento do país ocasionaria o reconhecimento dos negros por meio da integração social. A importância de sua análise foi grande no que se refere, principalmente, a desconstrução do mito da nossa harmonia racial, cunhado a partir da década de 1930 como estratégia política. Desta forma ele revelou, então, a assimetria existente nas oportunidades que eram oferecidas à população de cor brasileira. (FERNANDES, 1978 apud PAIVA, 2008).

Embora que muito tenha sido feito, principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando foram promulgadas as leis nº 7.716, de 1989 (Lei Caó), e nº 9.459, de 1997 (Lei Paim), as quais definem os crimes resultantes de preconceito de cor ou de raça, bem como tipificam esses delitos como inafiançáveis, sujeitos aos rigores do Código Penal. Essas leis constituem-se num grande avanço contra o racismo. (PAIVA, 2008).

Cabe registrar que na década de 1990 com a redemocratização do país o governo brasileiro mudou bastante de perspectiva. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e de Luís Inácio Lula da Silva mostram tais transformações. No governo de FHC, em 1996, a questão da existência do racismo teve o reconhecimento por parte do governo, pela primeira vez, no decorrer da realização de um seminário sobre multiculturalismo no Brasil. Já, no governo do Lula foram pensadas medidas de reparação, que possam ser mais efetivas, das desigualdades raciais (a Lei nº 10.639 solicita o ensino da história e cultura afrodescendente no ensino fundamental e médio, etc.). É por esta razão que pesquisas continuadas sobre discriminação são relevantes para a desconstrução do mito de que o Brasil é um país racialmente harmônico. (PAIVA, 2008).

É necessário rumar na direção de uma sociedade em que o tratamento desigual por causa da raça seja eliminado nas relações sociais cotidianas. Há ainda muito a ser feito na sociedade brasileira para que a ausência de racismo saia do nosso imaginário de negação de discriminação racial para uma realidade efetiva de práticas sociais onde a discriminação e preconceito não tenham lugar. (PAIVA, 2008).

“É importante destacar ainda que na legislação não há qualquer distinção entre as categorias preconceito e discriminação.” (DUBEUX, 2008, p. 57).

## 2.2 PSICOLOGIA SOCIAL

Os manuais modernos de Psicologia Social diferem-se consideravelmente no que se refere à ênfase dada ao histórico da Psicologia Social. São vários e grandes os marcos históricos da Psicologia Social científica, pode-se referenciar o início em 1895 quando Gustave Le Bon publicou seu livro *La Psychologie des Foules* que, suscitou os estudos dos processos grupais e dos movimentos de massa. Nos últimos 25 anos foram tantos e tão relevantes os acontecimentos neste período que há dificuldade em selecionar grandes marcos históricos neste período. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 1999).

A Psicologia Social caracteriza-se por ser o estudo científico da influência recíproca entre os seres humanos (interação social), bem como do processo cognitivo causado por esta interação (pensamento social). À exceção de eremitas e de Robinson Crusóé, todas as pessoas vivem em contínuo processo de dependência e interdependência em relação aos seus semelhantes. Um sorriso, um elogio, um aperto de mão, uma reprimenda, ou um olhar suscitam uma resposta que

caracterizamos como social. A resposta emitida, por sua vez, servirá de estímulo à pessoa que a provocou, gerando um outro comportamento desta última, estabelecendo-se assim o processo de interação social. (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 1999).

Cabe à Psicologia Social contribuir com a evolução do conhecimento do processo de exclusão social, pois esta é sua área de competência, o que não significa apenas colocar a emoção como temática de pesquisa e reflexão. Dado o papel que tem sido atribuído a esse conceito no corpo teórico-metodológico da Psicologia, que é o de personagem coadjuvante e má, é necessário mudar sua perspectiva analítica. (SAWAIA, 2001).

### 2.3 PRECONCEITO

No entendimento de Myers (2000) a essência do preconceito é considerada um prejulgamento negativo de um determinado grupo e de seus membros. Desta forma, ele nos predispõe contra alguém com base no fato, apenas, de identificarmos uma determinada pessoa a um grupo específico. “O preconceito é tão velho quanto a humanidade, e, por isso, de difícil erradicação e seus efeitos podem apresentar níveis diferentes de agressividade exibida.” (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 1999, p.147).

“Historicamente, entretanto, a ideia de se encarar o preconceito como um constructo científico emergiu apenas ao longo dos anos 20, relacionado principalmente a questão racial.” (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 1999, p.149).

“Na verdade, qualquer grupo social-e não apenas as minorias-pode ser alvo de preconceito. Além disso, estamos diante de uma via de mão dupla, com sentimentos hostis fluindo também das minorias para as majorias.” (RODRIGUES, ASSMAR; JABLONSKI, 1999, p.149).

O preconceito é caracterizado por avaliações negativas que podem derivar de laços afetivos emocionais, da necessidade de justificar o comportamento ou de convicções negativas. Ainda que o preconceito seja causado por situações sociais, os fatores emocionais podem aumentá-lo. (MYERS, 2000).

No entendimento de Crochík (2011), não se pode reduzir o termo preconceito a um único conceito, pois ele tem entre seus aspectos uma conduta rígida frente a diversos objetos, bem como aspectos variáveis, que remetem as necessidades específicas da pessoa preconceituosa,

representado nos diferentes conteúdos atribuídos aos objetos. Desta forma, consta o indivíduo como produto da cultura, porém dela se diferencia por meio de sua singularidade. A vivência de experiências, bem como a reflexão sobre as mesmas são as bases da constituição do indivíduo, entretanto, sua ausência, caracteriza o preconceito.

Segundo Paiva (2008, p.7), “o preconceito pode ser um gesto, um tom de voz diferente ou mesmo um olhar. Mas todas essas formas, seja de discriminação explícita ou aquelas mais sutis, denunciam traços de discriminação ainda presentes e que permeiam as relações sociais da sociedade brasileira.”

O agir imediato, sem reflexão, perante alguém, marca o preconceito, que sendo uma reação cristalizada, torna-se semelhante à reação de paralisia breve que temos frente a um perigo real ou imaginário. O preconceito mostra mais do indivíduo que o exerce do que daquele sobre o qual é exercido. (CROCHÍK, 2011).

No preconceito está presente a interferência dos processos civilizatórios, os quais obrigam a pessoa a se modificar para se adaptar, ele não é inato. Desta forma, na transmissão da cultura para as gerações vindouras, já são transmitidos os preconceitos, os quais se caracterizam por ideias que devem ser assumidas como próprias sem que se possa questionar, pensar sobre sua racionalidade e na consequente adesão ou não a elas. (CROCHÍK, 2011).

## 2.4 AUTOCONCEITO

O autoconceito é uma atitude que pressupõe uma apreciação de valores que um sujeito faz sobre si mesmo, sobre sua própria pessoa. Trata-se dos sentimentos, da estima, experiências ou atitudes que o sujeito desenvolve sobre seu próprio eu. O autoconceito realiza um papel central no psiquismo do sujeito, pois é de grande relevância para sua experiência de vida, sua saúde mental, sua atitude para consigo mesmo e para com os outros; para o desenvolvimento construtivo de sua personalidade. (VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999).

Quanto aos efeitos sobre a própria pessoa pode-se discorrer que o autoconceito influi de forma decisiva em como uma pessoa percebe os objetos, os acontecimentos e as outras pessoas de seu contexto social. Portanto, incide consideravelmente, nas vivências e nos comportamentos dos indivíduos. (VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999).



Conforme Machargo (1991 apud VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999), Burns (1979, 1982 apud VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999), o autoconceito é definido como um conjunto de atitudes que o indivíduo tem para consigo mesmo. Esta atitude é composta por 3 componentes:

- a. Cognitivo: é o que a pessoa vê no momento em que olha para si mesma, o conjunto de características com as quais descreve a si mesma e, ainda que não sejam essencialmente verdadeiras e objetivas, orientam seu modo usual de ser e de se comportar.
- b. Afetivo: são as avaliações, os afetos e as emoções que acompanham a descrição de si mesmo.
- c. Comportamental: o conceito que um indivíduo faz de si mesmo influencia de maneira clara em seu comportamento habitual, pois o autoconceito condiciona a maneira de se comportar. A pessoa se guia em sua conduta pelos valores, qualidades e atitudes que percebe dela mesma. O ser humano costuma se comportar de acordo com seu autoconceito.

Segundo Villa Sánchez e Escribano (1999), o autoconceito não afeta apenas o comportamento das pessoas, denota-se que suas próprias percepções são condicionadas por ele. Seria como se o indivíduo avaliasse, ouvisse e visse tudo por meio de um filtro. Logo, seu autoconceito percebe determinados estímulos do contexto ou os ignora. Mesmo assim, ele tem influências sobre sua percepção apreciativa, pois percebe os estímulos e experiências como tais, mas a relevância a eles atribuída depende do conceito que ele tem de si mesmo.

O autoconceito influencia, também, na relação com os outros, pois uma pessoa com um bom autoconceito; aquela que assume as vivências de sua vida, que não ignora ou distorce suas percepções, que não demonstra grandes discrepâncias sobre o seu eu real e o ideal, que expressa menos atitudes defensivas, é mais aberto, percebe de forma mais original a realidade e aceita com maior facilidade os outros. Em resumo, o autoconceito não é mais um componente da personalidade e sim um fator fundamental. Possuir uma consideração adequada de si mesmo é importante para a saúde mental humana. Entretanto, o autoconceito não é algo inato, ele se desenvolve e evolui. (VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999).

## 2.5 EXCLUSÃO SOCIAL

A exclusão é um todo que se organiza a partir de um extenso processo histórico determinado que segue, em maior ou menor grau, o progresso da humanidade. Desta forma, o processo da exclusão torna-se cada vez mais heterogêneo, assim como de complexo entendimento, identificação e medição. As origens de sua manifestação foram identificadas por alguns e manifestadas por muitos ao longo do tempo. (CAMPOS et al., 2003).

De acordo com as ideias de Campos e outros (2003, p. 27), “a identificação do processo de exclusão social representa um avanço considerável no campo das ciências sociais aplicadas.”

A questão da exclusão social não é nova no Brasil, nossa história traz capítulos praticamente consecutivos de dominação de vastos segmentos populacionais sem cidadania. O Brasil, portanto, desde os tempos coloniais, Brasil do Império, das Repúblicas -velha, nova e contemporânea- e agravado durante a ditadura militar, questões e processos sociais excludentes estão presentes em nossa história. (VÉRAS, 2001).

A exclusão social constitui uma mancha inquestionável do desenvolvimento capitalista brasileiro. A partir da abolição da escravatura, os negros deixaram de ser formalmente excluídos, embora que o país não tenha sido capaz de oferecer alguma política pública de inclusão social. Sendo assim, o precário acesso da população negra, no último quarto do século XIX, e as ocupações inferiores no mercado de trabalho, mostraram-se insuficientes para uma efetiva inclusão social. (CAMPOS et al, 2003).

Apesar de alguns avanços, a exclusão social no Brasil continuou manifestando-se generalizadamente. A Constituição Federal de 1988, de fato, eliminou o conceito de cidadania regulada, que consentia o acesso à saúde e à previdência social unicamente para trabalhadores com contrato formal de trabalho. O advento do Sistema Único de Saúde - SUS e a inovação da Seguridade Social expandiram o acesso aos direitos sociais, uma vez que a universalização de direitos praticamente não existia. (CAMPOS et al., 2003).

A noção de exclusão compreende fenômenos tão variados que poderíamos nos perguntar até onde se justifica estudar tal processo, o que suporia juntar todos os aspectos que ela implica ou todas as nuances que ela toma em uma mesma alternativa. Entretanto, há ao menos um nível no qual uma abordagem única da exclusão social pode fazer sentido, é o nível das interações entre pessoas e entre grupos, onde se colocam como agentes ou como vítimas, este nível é próprio da Psicologia Social. (JODELET, 2001).

No entendimento dos cientistas sociais brasileiros, percebe-se que a noção de exclusão social surge na segunda metade dos anos 80, em pesquisas de Hélio Jaguaribe, bem como na mídia e em trabalhos acadêmicos, em consonância com o movimento internacional. Trabalhos contemporâneos reforçam a relevância crescente do aprofundamento dessa noção. (WANDERLEY, 2001).

## 2.6 CONTEXTO DO ESTUDO - CARACTERÍSTICAS DO GRUPO DE FAMÍLIAS QUE RESIDE NA ZONA RURAL

Um breve histórico do grupo de famílias que reside na zona rural de um município do extremo oeste catarinense, bem como a caracterização destas e do contexto onde residem mostra-se de grande relevância, pois pode ser um bom ponto de partida para iniciar o processo de entendimento do objeto de estudo deste projeto de pesquisa, bem como de suas proposições.

A área onde residem as famílias, localiza-se, aproximadamente, na fronteira de dois municípios do extremo oeste catarinense, compreendida na zona rural. Inicialmente, a propriedade citada fora adquirida por uma das famílias ainda residente naquela área, com uma extensão de 15.000 m<sup>2</sup>, há aproximadamente 16 anos. Na época o comprador vivia em união estável com sua companheira, com o passar do tempo os filhos desta união foram crescendo e formando suas próprias famílias, bem como fora desfeita a união estável inicial. Ressalta-se que as famílias que habitam naquela área têm em sua maioria laços consanguíneos.

Observa-se que em todas as famílias, seus responsáveis, possuem baixo nível de escolaridade, baixa renda, assim como, residências precárias. Quanto ao contexto onde residem ressalta-se que a dificuldade de transporte público encontra-se presente, assim como, do saneamento básico, da água potável e da energia elétrica.

## 3 MÉTODO

### 3.1 METODOLOGIA

Esta parte da presente pesquisa visa explicitar o caminho metodológico que orientou o estudo.

O presente artigo desenvolveu uma pesquisa sobre os motivos e fatores que levam ao processo de exclusão social em um grupo de famílias que reside na zona rural de um município do extremo oeste catarinense.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No entendimento de Minayo (2002, p. 17), a pesquisa é compreendida como “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo.”

Inicialmente, neste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica que se caracteriza por tentar explicar um problema, valendo-se do conhecimento já produzido, partindo das teorias que compõem os livros ou obras congêneres. (KÖCHE, 1997).

Para complementar a pesquisa bibliográfica realizou-se também a pesquisa de campo que procura “muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis.” (GIL, 1999, p. 72).

Ao que se refere à abordagem do problema investigado, tem-se uma pesquisa qualitativa, que no entendimento de Minayo (2002), no que se refere às ciências sociais, este tipo de pesquisa preocupa-se com um nível de realidade que não oferece a possibilidade de ser quantificado.

Partindo-se deste pressuposto optou-se pela utilização da História de Vida, abordagem na qual o pesquisador procura reconstruir a história do objeto de estudo por meio de consulta e análise de conteúdos de autobiografias, diários e, principalmente, de História Oral. A História de Vida lança uma descrição da experiência de vida do indivíduo levantando expressões conscientes, bem como determinantes inconscientes tanto de sua vida social quanto de sua ação histórica. (MARTINS, 2007).

Partindo destes pressupostos a História de Vida Oral revela o todo, pois quem pronuncia a palavra, também a faz. O indivíduo acontece como pensamento, fala e ação, desta forma a palavra caracteriza-se como um ato de existência e, a História de Vida Oral convida para os desafios dos experimentos que vão além da superfície, para desvendar os significados dos indivíduos com conhecimento sensibilizado e profundo. (MARTINS, 2007).

Portanto, para a coleta dos dados deste trabalho foi utilizada a entrevista que, no entendimento de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p. 168), “permite tratar de temas

complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade”.

Para a análise e a interpretação dos dados foi adotada a análise de discurso que segundo Martins (2007, p.95), buscam-se compreensões dos contextos onde ocorrem, ou ocorreram as falas. Caminho para se chegar ao estado de compreensão que permite ver o mundo como ele é: transitório, dinâmico e contraditório.

Partindo deste ponto foi desenvolvida a análise do discurso objetivando investigar o discurso da história de vida oral dos entrevistados. “A Análise do Discurso (AD) parte do pressuposto de que em todo discurso há um sentido oculto que pode ser captado, o qual sem uma técnica apropriada permanece inacessível. A busca da significação oculta não implica a crença em um único sentido, em uma única verdade.” (MARTINS, 2007).

Portanto, foi realizado um estudo de caso que “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir a seu conhecimento amplo e detalhado.” (GIL, 1999, p. 24).

De acordo com as ideias de Gil (1999), a amostra utilizada nesta pesquisa é definida como amostragem por conveniência ou por acessibilidade: caracteriza-se pela destituição de rigor estatístico. Sendo assim, o investigador escolhe os indivíduos de mais fácil acesso naquele momento com o objetivo de que estes representem o universo a ser pesquisado.

### 3.3 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os sujeitos escolhidos para a realização desta pesquisa foram um dos responsáveis de cada uma das famílias as quais formam um grupo social e residem no interior de um município do extremo-oeste catarinense. A amostra foi composta por sete sujeitos.

No que se refere ao gênero, a amostra total caracterizou-se por quatro participantes do gênero feminino e três do gênero masculino. Possuem idades entre 30 a 74 anos, obtendo-se uma média de 47 anos. Quanto ao local de nascimento, percebeu-se que dos sete entrevistados, cinco nasceram em municípios do extremo-oeste de Santa Catarina e dois no extremo-oeste do Rio Grande do Sul.

O tempo de residência na comunidade variou de 5 a 16 anos, uma média de 14 anos. Quanto ao grau de escolaridade a variação deu-se em torno de analfabeto ao 5º ano do ensino fundamental incompleto.

### 3.4 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE

A coleta de dados por meio de uma entrevista da história de vida que foi realizada na área territorial onde o grupo de famílias reside num município do extremo oeste do estado de Santa Catarina, Brasil. Para respeitar as normas de ética e sigilo, as intervenções para a coleta de dados foram realizadas na residência de cada um dos sujeitos objeto de pesquisa.

### 3.5 FONTES DE INFORMAÇÕES DE COLETA DE DADOS

A pesquisa, inicialmente, foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico sobre a temática que origina o objeto de estudo por meio de livros e textos científicos encontrados em sites especializados na internet. Posteriormente, foi realizada a pesquisa de campo, a qual foi composta por uma entrevista sobre a história de vida de cada sujeito objeto da pesquisa.

### 3.6 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS

Como instrumento da coleta de dados, foi utilizada a entrevista com roteiro semiestruturado a partir da história de vida de cada sujeito objeto desta pesquisa referente aos motivos, fatores e sentimentos que ocasionam o processo de exclusão social.

Definiu-se pela escolha do método história oral de vida para que o objetivo da pesquisa fosse o mais integralmente alcançado por meio do espectro de possibilidades que esta oferece.

### 3.7 PROCEDIMENTOS DE CAMPO

Como procedimento inicial, a pesquisadora contactou o proprietário da área onde residem as oito famílias que formam o grupo objeto de pesquisa a fim de informar acerca de sua pesquisa e, assim, solicitar a permissão para realizá-la em tal contexto grupal, e também, para identificar o

grupo e publicar os resultados encontrados. Desta forma, a pesquisadora encaminhou-lhe o ofício de realização para a pesquisa informando e requerendo a permissão para a realização da pesquisa de campo, bem como, para a publicação de seus resultados. Com o ofício deferido, deu-se o início da coleta de dados.

Primeiramente, contataram-se os responsáveis por cada uma das seis famílias componentes do grupo visando conhecer seus membros, bem como a rotina destes, e, a partir deste momento, foram selecionados os sujeitos-objeto participantes desta pesquisa. Um integrante responsável de cada família independente de gênero e formação acadêmica, porém, maior de idade. Depois de escolhidos os sujeitos, deu-se início o contato com os mesmos, questionando-os se gostariam de participar da pesquisa. Após as pessoas concordarem em participar do estudo foi realizada a coleta de dados por meio de entrevista, a partir da data e horário preferido pelos participantes.

No momento da intervenção foi apresentado e, também, entregue a cada participante o termo de consentimento livre e esclarecido para que estes conhecessem os objetivos da pesquisa, seus direitos éticos e a partir desta entrega consentissem ou não sua participação na pesquisa. Neste documento foram citados todos os procedimentos realizados na pesquisa, os possíveis benefícios, a entidade encarregada pela pesquisa, os pesquisadores responsáveis pelo estudo, a relevância do sigilo e da questão ética exercida para com todos os participantes em todas as etapas do presente estudo. Posteriormente, deu-se o início a realização da entrevista.

#### **4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Esta parte do presente artigo tem como alvo explicar a discussão dos resultados obtidos e analisados de forma qualitativa, por meio de análise do discurso. Para um melhor entendimento, os temas importantes e frequentes foram classificados em três categorias: Preconceito; Educação e Autoconceito e, Trabalho e Sofrimento Social.

#### 4.1 PRECONCEITO

Abordar a questão do preconceito não é uma tarefa muito fácil, não apenas por ser um tema complexo, mas, porque nos conduz a, principalmente, refletirmos sobre nós mesmos, sobre nossos pensamentos, sentimentos, bem como atos da vida cotidiana, uma vez que não somos imunes a ele. (CROCHÍK, 2011).

Conforme Crochík (2011), conceituar o preconceito é uma tarefa bastante complexa, pois ele se apresenta não apenas no indivíduo que o contém e em sua vítima real ou potencial, mas também na sociedade que pode suscitá-lo ou inibi-lo. Logo, é um fenômeno que contém diversas dimensões da realidade: o indivíduo e a sociedade. Tais ideias são confirmadas na fala do entrevistado nº 4.

*Isso que aqui é ruim, pra viver, que nem eu, minha muie é alemoa eu so despachado quase da família inteira, não é só no alemão que existe racismo, nos brasileiro também existe racismo, porque é só a minha muié que é alemoa aqui sabe, ninguém respeita ela, em vez de chamar ela pelo nome, chamam de veia e isso me dói por dentro sabe, porque eu gosto dela.*

A presença de preconceitos revela uma cultura dissociada de seus integrantes, evidenciando a sua irracionalidade, esta mesma irracionalidade perpassa o indivíduo, pois a violência manifesta ou sutil exercida pelo preconceituoso mostra-se como a resposta, inicialmente, expressada pela violência manifesta ou sutil gerada pela cultura. (CROCHÍK, 2011).

De acordo com as ideias de Paugam (2001) a pobreza é intolerável pelo conjunto da sociedade, pois se reveste de um status social desvalorizado e estigmatizado. Desta forma, os pobres são levados a viver em isolamento, procurando disfarçar a inferioridade de seu status no contexto em que vivem. Denota-se que a humilhação os impossibilita de aprofundar qualquer sentimento de pertença a uma classe social, pois o território a que pertencem é heterogêneo, o qual faz crescer significativamente o risco de isolamento social entre seus membros. A fala da entrevistada nº 5 exemplifica esta ideia, assim como a ideia anterior (CROCHÍK, 2011), pois traz a tona certas atitudes de preconceito, quando se refere ao que percebeu, bem como de isolamento, haja vista que em grande parte seus amigos e vizinhos há a presença de vinculação consanguínea.



*Médio, mais ou meno, não dá pra dizer nem bom nem ruim a gente percebeu né que... percebeu tipo assim, que nem aqui né a gente mora, a gente fez amizade, a gente trabalha pra um trabalha pra outro né e a gente se sente bem, porque quando a gente morava eu outro lugar não se sentia bem, porque não tinha amizade, aqui a gente se sente melhor porque tem as amizade da gente, trabalha, é mais organizado na verdade. Lá era diferente por causa das amizade, a gente não tinha tanto como tem aqui, né, isso que mudava bastante, as amizade que fazia, depois voltava e de repente não voltava mais né. Aqui, aqui com certeza, me sinto melhor.*

Conforme Jodelet (2001) a exclusão, com efeito, induz a uma organização específica das relações interpessoais ou intergrupais, de forma simbólica ou material, traduzindo-se em:

- segregação, por meio de um afastamento;

*A gente tem que se senti bem, porque no causo é o único lugar que a gente tem, mas se tivesse um outro lugar ia mora em outro lugar. (...) O único lugar que conseguimos compra foi aqui. (Entrevistada n° 6).*

- marginalização, manutenção à parte de uma instituição, ou de um corpo social;

*Aqui eu tô me sentindo bem, sabe, é um lugar meio... esquisito, mas é um lugar sossegado, o cara não tem encrenca com ninguém, as pessoa aqui não saem, eu fico só em casa, sabe... eu acho difícil de sair, sabe... eu acostumei só em casa, agora acho difícil de sair longe.(Entrevistado n° 1).*

- discriminação, fechamento ao acesso a certos recursos ou bens, status ou papéis.

*Na verdade não me sinto bem, porque pra nós falta tudo; água pra cima, a água que tomemo vem de uma sanga ali, vem do perau lá em cima, ele tem potreiro lá e a água vem suja, tem que toma, não tem outra né. Eu queria sair daqui, não me sinto bem aqui, acho que dessa turma ninguém se sente bem aqui.(Entrevistado n° 4).*

Analisar as formas sutis de espoliação da raça humana por trás da aparência de integração social é conhecer o sofrimento ético-político, e , conseqüentemente, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces contemporâneas de dramáticos e antigos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração. (GUARESCHI, 2001).

## 4.2 EDUCAÇÃO E AUTOCONCEITO

No entendimento de Almeida (2000), dada a crise estrutural do sistema educacional, percebeu-se, que não apenas o acesso a escola não fora expandido para universalizar o acesso a educação escolarizada, mas, também, ela acabou se contrapondo, no plano das condições

objetivas, à busca pela sobrevivência de um largo espectro que largou, ou mesmo, nem chegou a ter acesso a escola por ter de trabalhar. (ALMEIDA, 2000).

Em relação à dimensão educação foram evidenciados de forma bastante elevada o não acesso ou evasão escolar de acordo com a história de vida dos sujeitos desta pesquisa, pois em sua grande maioria, seu acesso e/ou garantia foi impossibilitado pelo contexto social familiar vivenciado. A maioria dos participantes teve como “obrigatoriedade” ajudar seus pais a trabalhar e a “única saída” foi a evasão quanto a educação escolar o que vem a corroborar as ideias de Almeida (2000).

O autoconceito é uma atitude que pressupõe uma apreciação de valores que um sujeito faz sobre si mesmo, sobre sua própria pessoa. Trata-se dos sentimentos, da estima, experiências ou atitudes que o sujeito desenvolve sobre seu próprio eu. (VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999). A fala da entrevistada nº 3 exemplifica tal situação demonstrando que o descontentamento dela gira em torno da baixa escolaridade, gerando baixa estima, logo, um autoconceito negativo.

*(...) Eu me sinto, sei lá, estudei só pra ser mãe de família, pra ser mais alguém na vida... me sinto... com vergonha até, de não ter estudado mais.*

Para Myers (2000), nosso senso de quem somos - nosso autoconceito - não contém somente a nossa identidade pessoal, mas, também, nossa identidade social. A definição social de quem nós somos provoca uma definição de quem nós não somos. Tal afirmação pode ser comprovada por meio da fala da Entrevistada nº 5.

*Eu me sinto triste, (...) tenho colegas que foram até a faculdade... e eu só até o 5º ano, mas como... cabeça mole pensei logo em me juntar fiquei sem.*

O autoconceito realiza um papel central no psiquismo do sujeito, pois é de grande relevância para sua experiência de vida, sua saúde mental, sua atitude para consigo mesmo e para com os outros; para o desenvolvimento construtivo de sua personalidade. (VILLA SÁNCHEZ; ESCRIBANO, 1999). As falas a seguir demonstram os efeitos acarretados pelo não acesso e/ou evasão a educação escolarizada; o autoconceito negativo a partir disso.

*É que eu podia tá melhor, mais bem de vida se tivesse um estudo, podia trabalhar num emprego bom que precisa de estudo(...).(Entrevistada nº 6).*

*Pra mim é difícil, porque muitas coisas eu não sei, não sei mexer no computador, muitas coisas assim eu perdo porque eu não sei mexe, tive pouco estudo né. (Entrevistada nº7).*

O autoconceito pode ser nutrido também a partir das experiências do dia a dia, pois assumir desafios em forma de tarefas realistas e ter êxito a partir desta escolha, pode trazer um sentimento de maior competência. (MYERS, 2000). Diante dessas exposições, nota-se que a fala da Entrevistada nº 5 vai ao encontro das mesmas, promovendo assim um autoconceito positivo.

*As oportunidade que eu tenho eu aproveito porque eu gosto e porque a gente tem que aproveita, porque muitas vez é só uma vez, ou duas ou nenhuma, se a gente não aproveita quem vai aproveitar. Alegria, de ter aquela oportunidade que de repente pensava que nunca ia ter né, fica alegre, contente, dá sorriso por ter aquilo que a gente não teve. Acho que isso é uma alegria daí.(Entrevistada nº5).*

Tais falas evidenciam que a educação nem sempre esteve ao acesso dos cidadãos, porém, acredita-se, que a partir da criação de Programas Sociais Federais como o Programa Bolsa Família, bem como da legitimação do Estatuto da criança e adolescente – ECA, avanços têm sido feitos tanto nas políticas públicas quanto na efetivação das mesmas, o que ocasiona, na contemporaneidade, um maior acesso e garantia aos mínimos sociais que referem-se as necessidades básicas e nos remetem aos direitos sociais - Art. 6º da Constituição Federal de 1988, partindo-se desses pressupostos subentende-se que poderá ser promovido um menor mal-estar social aos cidadãos.

#### 4.3 TRABALHO E SOFRIMENTO SOCIAL

Conforme as ideias de Almeida (2000), além de manter uma estreita relação com a esfera da cultura, a escola, também cumpre algumas funções econômicas junto ao processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, embora que estas funções não sejam imediatas.

A partir da coleta de dados dos entrevistados percebeu-se que a dimensão trabalho relaciona-se intimamente com a dimensão educação, pois conforme seus depoimentos, os sete, possuem baixo nível de escolaridade, bem como atividades de trabalho desqualificadas e a não proteção social, pois a grande maioria declarou trabalhar informalmente como diarista.

No entendimento de Carretero (2001), evidencia-se a existência da projeção para o campo da subjetividade da inutilidade, da falta de reconhecimento da potencialidade do sujeito, privando-o da participação na vida coletiva, bem como de sua integração aos valores sociais considerados positivos. A sensação de inutilidade se apresenta seja de maneira clara, sendo objeto de representações explícitas, seja difusa como um mal-estar. Mas, sempre geradora de sofrimento

psíquico, o qual deve ser considerado sofrimento social, por ter uma raiz social. Tais afirmações podem ser evidenciadas conforme as falas expressadas pelos sujeitos e citadas a seguir.

*Eu me sinto nervosa de tá, muitas vez não tem o que fazer, (...), eu gostaria muito de trabalhar... passa o tempo mais rápido né trabalhando.(Entrevistada 3).*

*Sinto que vai ficar cada vez mais ruim, que nem pra mim assim, que não tenho estudo, o serviço da roça ta acabando, e daí se não tive outras coisa?(Entrevistado 4).*

*(...) a gente sofre um pouquinho (...), se eu pudesse nos primeiros tempo trabalha numa firma eu ia mesmo sofrendo um pouco(...), Numa firma já sabe quanto vai ganhar, já se planeja, é muito interessante se a gente pudesse trabalhar assim, um dinheiro fixo por mês né.(Entrevistada 5).*

*(...) Ah! Eu gostaria de trabalhar numa firma, ficar um tempão para depois te os meus direito, mas como meu estudo foi muito pouco, e já não ajudou pra isso, e quando fui pra empregar, quando apareceu, não tive agilidade como os outro devido a minhas dificuldades que sô doente daí não consegui fazer isso. (Entrevistada 6).*

*Eu não gosto muito né, porque é muito sofrido, muito sol essas coisa assim é bastante pesado o serviço que eu faço.(Entrevistada 7).*

A sociedade, desta forma, mantém delicadas posições sociais, levando facilmente a perda do lugar que ocupam nestas dimensões inserindo-as nas migalhas institucionais de seus projetos, contribui com a construção de um lugar social desvalorizado, portador de sofrimento. (CARRETEIRO, 2001).

Num meio social onde o contexto econômico é marcado por uma forte degradação do mercado de trabalho, convém frisar que todos passam invariavelmente por um processo de desqualificação social, o qual os empurra para o caminho da inatividade e de dependência dos serviços sociais, “cumprе realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência” . (PAUGAM, 2001, p. 68). Tais afirmações encontram eco nas verbalizações das Entrevistadas nº 3 e nº 6, respectivamente.

*Trabalhei 3 anos no\_\_\_ (projeto social municipal) e 4 meses na\_\_\_ (empresa frigorífica), só.*

*A gente se sente.... uma pessoa desprezada né, porque não tem condição pra nada, não posso trabalhar (devido a problemas de saúde), não sô aposentada, sabe, tudo é difícil pra mim. Também tem o \_\_\_ (seu filho que recebe o BPC- Benefício socioassistencial de 1 salário mínimo por mês e do qual é cuidadora), mas o dinheiro também é pouco.*

De acordo com as ideias de Carreiro (2001), para pessoas que pertencem a grupos que têm um acúmulo de desafiliações sociais (habitação, educação, trabalho, etc), inúmeras vezes o

nível trabalho formal legalizado é o único que lhes mantém em vínculo operatório com a cidadania. Tal afirmação e sua magnitude para a efetivação da cidadania do sujeito de direitos pode ser constatada na fala de seis dos entrevistados que, questionados sobre o que falta para melhorar de vida, apontaram, sem hesitar, aspectos relacionados ao trabalho, sendo que, apenas um deles, não o fez, haja vista que é aposentado e pensionista.

*Um trabalho fixo (...). (Entrevistado n° 2.)*

*Eu acho que falta mesmo um bom salário né(...). (Entrevistada n° 3).*

*Eu queria trabalhar na (...) (frigorífico), mas não tenho estudo (...). (Entrevistado n° 4).*

*Acho que um bom emprego. Ia me trazer mais alegria, podia dar mais pras crianças, organizar eles melhor sobe calçado roupa né e nós grande também se organizar um pouco mais, ter mais chance de dar as coisa pra ele, né, essa a opinião que eu tenho em relação a isso, se eu tivesse um emprego fixo teria mais chance de dar as coisa melhores pra eles, né. (Entrevistada n° 5).*

*O que que eu vou dizer... o que falta é um emprego, um lugar bão né, para que a agente possa se senti mais satisfeito né.(Entrevistada n° 6).*

*Um bom emprego muda tudo a vida de uma pessoa. (Entrevistada n° 7).*

No entendimento de Demo (2000), pobreza não é situação dada – por Deus, como muitos pobres insinuam – mas caracteristicamente manipulação política e seu resultado mais comprometedor é a expectativa da população de baixa renda de que a solução decorreria do próprio algoz. Isso pode ser claramente ilustrado, respectivamente, pelas declarações do Entrevistado n° 2 e da Entrevistada n° 3.

*Eu não tenho sentimento sobre isso, minha vida é muito boa, eu tinha sentimento antigamente, que eu não conhecia a palavra de Deus(...), eu aí antes (...) eu era uma pessoa ambicioso, trabalhava demais, queria ter aquilo que não podia ter, a verdade é que eu pensava assim, mas hoje eu não penso, nós só temos que ter aquilo que Deus dá, não podemos ir além e nem ficar nervoso (...).*

*Eu? não sei de oportunidade, vai ver que não tenho nenhuma, até hoje não tive oportunidade. Meu sentimento.... é de tristeza, sei lá a gente fica... sem saída as vez, né, precisa de uma pessoa pra ajudar a ajudar a gente... às vezes tá no fundo do poço, precisa de alguém que de a mão pra pode sai, falta, parece que ninguém... a gente grita por socorro parece que ninguém olha.*

Por fim, colocar a afetividade na análise e na prática de enfrentamento da exclusão social é introduzir a felicidade como critério de definição de cidadania e do cuidado que a sociedade civil e o Estado têm para com seus cidadãos, sem negar as determinações jurídicas e estruturais, e sem exaltar a estatização individualista, causando o enfraquecimento das políticas públicas e das

ações da esfera pública e aprisionando os seres humanos egos aprisionados pela tirania do narcisismo e da intimidade. (GUARESCHI, 2001).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir este artigo, tem-se a pretensão de tecer alguns comentários referentes às considerações teóricas e sobre os resultados desta pesquisa. A presente pesquisa teve como objetivo analisar e compreender os motivos e fatores que levam um grupo de famílias que reside na área rural de um município do extremo oeste catarinense à exclusão social.

A exclusão social é um fenômeno que perpassa a história do nosso país, logo, gerações e gerações de famílias; apesar dos inúmeros esforços das políticas públicas, este é um fenômeno que ainda encontra-se bastante presente na realidade do Brasil; mesmo na contemporaneidade.

Os resultados que foram apresentados neste momento demonstram que há uma relação bastante substancial entre analfabetismo, nível baixo de escolaridade, trabalho informal e exclusão social. A exclusão social para os sujeitos desta pesquisa está ligada ao preconceito, ao autoconceito negativo relacionado ao baixo nível de escolaridade e ao sofrimento social referente ao trabalho desqualificado e informal.

As categorias apresentadas são: Preconceito; Educação e Autoconceito; e Trabalho e Sofrimento Social. Em relação ao Preconceito, pode-se dizer que os sujeitos participantes desta pesquisa sofrem e passam por este fenômeno, pois foi comprovado pela pesquisa qualitativa representando que este é um motivo de seus comportamentos de isolamento geográfico e social, bem como, pode inferir-se que seus sentimentos de pertença se remetem quase que totalmente ao território geográfico e social compartilhado entre as famílias que residem naquela área territorial.

Em relação à Educação e Autoconceito, pode-se dizer que há uma estreita ligação entre baixo nível de escolaridade e autoconceito negativo, ambos tornam-se fatores impeditivos para o alcance de uma melhoria na condição de vida e, consecutivamente, na qualidade de vida destas famílias.

No que se refere ao Trabalho e Sofrimento Social, pode-se afirmar que os sujeitos participantes desta pesquisa em sua maioria têm um elevado nível de sofrimento social. Em relação à dimensão trabalho, demonstra-se como uma das primeiras e mais diretas consequências da falta de escolaridade, pois têm vagas somente em trabalhos desqualificados, quando as têm, e,

ainda, sem proteção social, o que causa um elevado nível de mal-estar, pois se encontram desassistidos.

A partir de tal explanação, pode-se concluir que a exclusão social neste grupo, se dá por meio de vários motivos e fatores, dentre eles estão: o preconceito, o autoconceito negativo, o baixo nível de escolaridade, o sofrimento social e o trabalho informal desqualificado.

Por estas razões, faz-se indispensável um olhar crítico para as políticas públicas que preconizam a inclusão social, percebe-se que o termo sujeito de direito ainda é algo que pode estar em vias de ocorrer, mas, possivelmente, levará um tempo relativo, o qual pode ser representado por algumas gerações destas famílias, para a legítima e efetiva inclusão social e desta forma tornarem-se ao invés de objetos, sujeitos de direitos e sujeitos de desejos. Apesar dos avanços pronunciados e difundidos na mídia sobre inclusão social, parece-nos que, até o momento, para este grupo de famílias, não passa de uma forma de exclusão formalizada, ou seja, um movimento que poderíamos denominá-lo inclusão/exclusão, haja vista a superficialidade das ações governamentais, as quais parecem contribuir para velar a submissão da consciência, aniquilando o sujeito e promovendo o falso objeto de proteção.

Por fim, pode-se afirmar que este estudo objetivou compreender o processo de exclusão social em um grupo de famílias que reside na zona rural de um município do extremo oeste catarinense identificando os motivos que corroboram para a, ainda, existência deste fenômeno.

Acredita-se que esta pesquisa trará contribuições para futuros estudos, objetivando buscar o que se encontra velado em determinados acontecimentos e processos, não somente neste grupo de famílias, mas em todo e qualquer contexto social. Espera-se que este artigo colabore e forneça novos subsídios ao campo da Avaliação Psicológica e da Psicologia Social aprofundando e ampliando o estudo da exclusão social.

## **SOCIAL EXCLUSION: SOME REFLECTIONS**

### **ABSTRACT**

Ponder social exclusion as a category that is related to : history, social psychology , prejudice, and self-concept , is due to the fact that the current Brazilian social scene despite the efforts of public policies , especially the ITS - Unified Social Assistance some families are still in a state of isolation , becoming a real challenge . Contemporary political leaders , as well as operators of public policies can understand more clearly how is the trigger of the process of social exclusion of Brazilian citizens . This paper analyzes the process of social exclusion in a group of families from a municipality located in the west of Santa Catarina . To realize this study we used a qualitative method , developed by the Oral History of Life approach . Data collection was conducted through semi-structured individual interviews with those responsible for each of the six families. For data interpretation speech analysis was used in order to understand the context under study from the interviewees and through the theoretical framework . The survey results show that in the group of families studied, the process of social exclusion , is guided by prejudice, education, self-concept , work and social suffering . It can be concluded therefore that social exclusion in this group is by means of various reasons and factors, among them are : prejudice, negative self-concept , low level of education , social suffering and informal work disqualified.

**Keywords:** Social Psychology. Prejudice. Self-concept. Social Exclusion.



## REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998. 203 p.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Educação pública e Serviço Social**. In. Serviço Social e Sociedade. O enfrentamento da pobreza em questão. V. 63. Ano XXI. São Paulo: Cortez, 2000. p.62-75.

CAMPOS, André et al (Org). **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003. 167 p.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. A doença como projeto. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. Primeira parte, p. 87-95.

CROCHÍK, José Leon. **Preconceito, indivíduo e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. 174 p.

DEMO, Pedro. **Política Social do Conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. 93 p.

DUBEUX, Simone. Preconceitos e discriminações raciais na visão de juízes e desembargadores do Rio de Janeiro. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org. Intr.). **Notícias e reflexões sobre discriminação social**. Rio de Janeiro: PUC, 2008. p. 51-75.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos Psicossociais da exclusão: compeptividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Segunda parte, p. 141-156.

JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Segunda parte, p. 53-66.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1997. 180p.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007. 225p.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

MYERS, David G. **Psicologia Social**. 6 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 422 p.

PAIVA, Angela Randolpho (Org. Intr.). **Notícias e reflexões sobre discriminação social**. Rio de Janeiro: PUC, 2008. 109 p.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. Segunda parte, p. 67-86.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Mari Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 18 ed. Reform. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 477 p.

SAWAIA, Burihan Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/incluso. In: \_\_\_\_\_. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. Primeira parte, p. 97-118.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. Primeira parte, p. 16-26.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Exclusão Social - Um Problema de 500 anos. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. Primeira parte, p. 27-50.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VILLA SÁNCHEZ, Aurélio; ESCRIBANO, Elena Auzmendi. **Medição do autoconceito**. Bauru, SP:EDUSC, 1999. P. 134.

